



**NOTAS DE LEITURA
CRONOLOGICAMENTE
ORGANIZADAS SOBRE CAMPO
MAIOR COMO PRAÇA DE GUERRA**

FRANCISCO GALEGO

Historiador. Campo Maior

AS INCERTAS ORIGENS DE CAMPO MAIOR

As provas arqueológicas sobre as origens de Campo Maior, em geral, e sobre a sua história mais antiga, são quase inexistentes.

Os conhecimentos sobre a remota antiguidade desta vila de fronteira, são mais da ordem das lendas locais e dos mitos mais ou menos fantasiosos do que fundamentados em fontes historiograficamente aceitáveis.

As provas documentais escritas sobre as origens são, além de escassas, pouco concludentes e, por vezes, contraditórias. Enquanto umas vão até aos remotos tempos dos romanos, dos godos e dos muçulmanos, outros, talvez merecedores de maior credibilidade, referem que a vila e o concelho de Campo Maior, tenham começado a existir no século XIII.

*Esta afirmação não significa a negação da presença romana e da importância que ela terá tido no povoamento de um território que eles terão, com grande probabilidade, designado como *campus major*. Mas, sendo certo que os romanos, para além dos centros urbanos que se constituíam como centros administrativos de vastos espaços, terão assim designado uma região na qual constituíram, como era seu hábito, um povoamento dispersos em *villae*, casas dominiais, em volta das quais se desenvolvia uma exploração agro-pecuária. A própria designação latina *campus*, designa o campo extenso e sem grandes variações de relevo, por vezes o local de uma batalha.*

*Alguns documentos escritos referem a existência de aldeias na região de que Campo Maior se viria a tomar sede de concelho e centro de defesa. Referem principalmente o nomes de *Luzios* e de *Joannes* como as duas aldeias cujas populações se teriam acolhido à segurança do castelo e aos privilégios do foral, dando origem à vila de Campo Maior. (Dr. Ayres Varella, "Teatro da Antiguidades de Elvas", Elvas, escrito entre 1644 e 1655).*

No estado actual dos conhecimentos, reveste particular importância regressar às fontes documentais, fazer delas novas leituras e cruzar dados e informações que permitam um conhecimento aceitável acerca desta questão. É essa a preocupação que tem orientado os meus estudos de História de Campo Maior.



Esta a principal razão que me induziu à publicação destas notas de leitura cronologicamente estruturadas e sequenciadas.

Em 1226 – A carta de termo de Marvão, correspondente ao primeiro foral desta vila, já refere o *castelum de monte maiori*. (Bucho, 2002)

Em 1230 - Este território terá sido reconquistado pelas tropas leonesas. Elvas foi tomada por D. Sancho II de Portugal e Badajoz por Afonso IX de Leão. (Bucho, 2002). (...) será nesta data que se terá dado a conquista definitiva de Campo Maior, constituindo uma aldeia adstrita a Badajoz, como Oguela. (Keil, 1943, p.26)

Em 1255 - Doação de Campo Maior, juntamente com Oguela, Alvalade e Vale de Solas, ao Cabido e ao Bispo de Badajoz, Frei Pedro Peres, confirmada em 1257 por Afonso X de Leão e Castela. (Vieira, 1985)

Em 1260 – Primeiro foral de Campo Maior, concedido pelo Bispo de Badajoz (Bucho, 2002).

Em 1295 - D. Dinis, intervindo na guerra civil que campeava em Castela, tomou vários castelos, entre os quais os de Campo Maior e Alvalade que doou ao concelho de Elvas em 1296. (Bucho, 2002)

Em 1297 - Integração definitiva, ainda que mais formal que real, de Campo Maior no território português, juntamente com Oguela, Olivença e São Felices dos Galego, pela assinatura do Tratado de Alcanizes.



FACTOS NOTÁVEIS DE CAMPO MAIOR DOS SÉCULOS XIV A XVII

Neste período, o povoado, inicialmente muito pequeno, abrigava-se sob a protecção do castelo fundado ou reconstruído por D. Dinis e que foi sendo beneficiado até à crise dinástica de 1383. No final deste período estava em construção a barbacã que envolvia a povoação e, dentro dela, estava a ser construída a Igreja de Santa Clara que seria a primeira matriz da vila de Campo Maior.

Durante este período, ainda que integrada no reino de Portugal, mantinha fortes laços de dependência com o bispo de Badajoz. Esses laços só foram quebrados com a revolução vitoriosa liderada por D. João, Mestre da Ordem Militar de Avis, coroado rei de Portugal nas cortes de Coimbra de 1383. Com D. João I de Portugal será cortada a dependência eclesiástica em relação ao bispado de Badajoz, passando também a ser

nomeados para Campo Maior e Ouguela, alcaides pertencentes à nova “geração de gentes” que, segundo o cronista Fernão Lopes, emergiu com a revolução.

Neste período não houve, no que respeita a Campo Maior, factos militares relevantes, a não ser os que resultaram do desenrolar da própria Revolução de 1383-1385 e que fazem deste acontecimento o marco de início da integração de Campo Maior e da sua população no âmbito de uma plena portugalidade.



Em 1301 - A vila foi doada a D. Branca, irmã de D. Dinis.

Em 1310 - D. Dinis mandou construir (ou reedificar?) o castelo ao mesmo tempo que Concedeu carta de foral à povoação. A vila teria cerca de 1.300 habitantes (Bucho, 2002)

Em 1312 - A vila foi doada ao filho natural de D. Dinis, Afonso Sanches.

Em 1318 – A coroa comprou a Afonso Sanches, os direitos sobre a vila de Campo Maior. Foram devolvidos ao Bispo de Badajoz os direitos eclesiásticos sobre a vila. (Vieira, 1985).

Em 1320 - A vila de Campo Maior teria cerca de 1.300 habitantes.

Em 1383 - A velha fortificação medieval, reconstruída por D. Dinis, já possuía barreira (barbacã). (Bucho, 2002)

Em 1383-1385 - Campo Maior alinhou pelo partido de Castela, permanecendo fiel a D. Beatriz - fidelidade que se manteve até 1388. (Bucho, 2002)

Em 1388 - D. João I cercou-a e vergou-a, após árduo e esgotante combate.

Em 13 de Outubro tomou a vila. Em 1 de Dezembro, tomou o castelo, nomeando como alcaide Martim Afonso de Melo. (Fernão Lopes, 1977)

Em 1392 – Foram cortados os laços de dependência eclesiástica de Campo Maior com obispado de Badajoz.

A partir desta data a vila passou a estar plenamente integrada no reino de Portugal.

Por meados do século XV, o povoado intramuros galgou as muralhas medievais, descendo a Barreira a norte do castelo.

Nos finais do século XV devido à importância geoestratégica que Campo Maior desempenhava na defesa fronteiriça, D. João II mandou ampliar a fortificação, ordenan-

do a edificação de um novo conjunto de muralhas que albergasse todo o perímetro urbano que, em cerca de 200 anos, tinha conhecido uma expansão considerável para fora da cerca primitiva. Esta obra iria prolongar-se pelo reinado de D. Manuel. (Buchó, 2002)

Em 1574 - A vila tinha cerca de 4.500 habitantes. (Buchó, 2002)

Em 1580 - Portugal perdeu a sua independência. Campo Maior viu o seu alcaide-mor preso pelos espanhóis, após este se ter recusado a entregar as chaves da vila e do seu castelo.

A FORTALEZA DE CAMPO MAIOR NOS SÉCULOS XVII E XVIII

Em 1630 - A vila tinha cerca de 5.400 habitantes. (Buchó, 2002)

Em 1640 - Campo Maior aderiu à causa da Restauração e D. João IV decidiu remodelar decisivamente o perímetro defensivo da fortaleza. Houve a necessidade de reforçar todo o sistema defensivo do país, com a construção de grandes conjuntos fortificados, como Elvas, ou a reconstrução e ampliação de antigos castelos e fortalezas.

Com a Restauração começou um período de estagnação da vila.” A povoação sofreu graves amputações (...) pela construção da nova muralha defensiva (...) (Vieira, 1987). A construção da fortaleza exigiu que o casario ficasse restringido à cintura das muralhas, o que levou ao corte das ruas e à eliminação das casas que ficassem fora do recinto murado, entre elas um convento franciscano. Algumas ruas ficaram mesmo cortadas.

A situação agravou-se com o conflito permanente que se arrastou por cerca de trinta anos.

Dotada de uma moderna fortificação abaluartada, começou novo período da história militar da vila de Campo Maior que, como Praça de Guerra, passou a desempenhar a função de ser um dos pontos fundamentais para a defesa do arco defensivo do corredor natural de invasão, na parte

da fronteira banhada pelos rios Xévara e Caia, rios pequenos e de fraco curso, facilmente transponíveis na maior parte do ano.

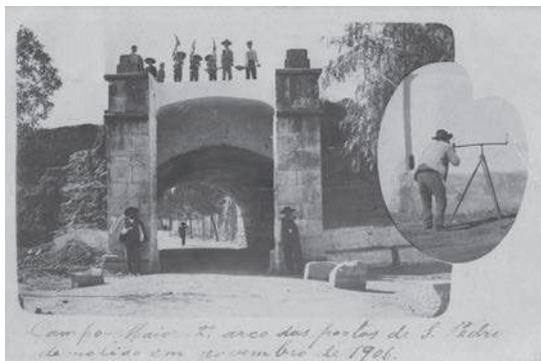


Em Elvas, em Almeida e em Valença, foram construídas as maiores fortalezas. A de Elvas era a de maior dimensão e maior capacidade.

No Alentejo foram ainda fortificadas outras localidades:

Marvão; Castelo de Vide; Portalegre; Ouguela; Campo Maior; Arronches; Juromenha; Olivença; Estremoz; Moura; Mourão; Évora.

*Fez-se uma defesa em profundidade de Lisboa, por linhas de detenção, desde a fronteira com a Extremadura espanhola. A chamada **frente do Guadiana** constituía a primeira linha de defesa nesta entrada natural para a invasão do território português.*



Com a Restauração, aplica-se nestes pontos de defesa a fortificação baixa, através do rebaiçamento de torreões e muralhas e da construção de canhoeriras e barbetas, formando-se uma fortificação rasante, em estrela, de baluartes ligados por cortinas. (Bucho, 2002)

Durante a Guerra da Restauração, houve frequentes recontros e incursões nas imediações de Campo Maior. Mas nenhuma tentativa de cerco ou de batalha.

Em 1641 - Começou a construção da fortificação abaluartada. Colaboraram na concepção da fortaleza moderna: Jerónimo Roseti; Carlos Lassart; João Pascácio Cosmader; e Nicolau Langres. (Bucho, 2002)

Em 1645 - Iniciaram-se em 1645 os trabalhos de construção da fortaleza abaluartada do Castelo de Campo Maior, sob orientações de João Cosmader, sucedido neste cargo por Nicolau de Langres.

Em 1646 – A nova praça de guerra ainda tinha apenas uma trincheira. A obra ficou terminada apenas nos finais do século XVII, já durante o reinado de D. Pedro II e sob a direcção do Mateus do Couto.

Em 1661 – No mês de Junho, D. João de Áustria, filho bastardo de Filipe IV, fez um reconhecimento a Campo Maior mas desistiu do ataque devido ao socorro de Schomberg. (Bucho, 2002)

Em 1709 – Foram realojados na antiga Matriz do Castelo (primeiro Igreja de Santa Clara, depois Igreja de N^a S^a da Assunção, finalmente Igreja do Senhor Jesus do Castelo), os frades do Convento de S. António, demolido em 1645, que viveram provisoriamente em dezasseis habitações junto à antiga Matriz.

Em 1712 - Sítio de Campo Maior no contexto da Guerra de Sucessão da Espanha, movido pelo marquês de Bay.

Em 1714 – Paz assinada em Utreque com Filipe V de Espanha.



Em 1725 – Corte de relações com a França; relações diplomáticas interrompidas por 14 anos, até 1739.

Em 1728 – Corte de relações com a Santa Sé, até 1732.

Em 1732 - Uma violenta trovoadá causou a ruína de uma das torres que servia de paiol. A explosão que então deflagrou e o incêndio que se seguiu afectaram grande parte da vila e consumiu mesmo mais de metade das habitações em redor do castelo. D. João V ordenou a sua reconstrução, a cargo do engenheiro militar Manuel de Azevedo Fortes, transformando as antigas ruínas medievais numa fortaleza mais pequena, mas de maior operacionalidade.

Com este tremendo desastre, a vila medieval ficou completamente arrasada. Com a reconstrução foi erguida uma nova povoação e a fortaleza teve de ser restaurada.

Foi tão profunda a renovação que Campo Maior quase não conservou vestígios arquitectónicos da sua fase medieval. Ficaram arruinadas 836 das 1.076 habitações que havia na vila. E, mesmo as que não caíram, sofreram grandes danos com a explosão. Pouco restou do primitivo castelo. Morreram 256 pessoas e ficaram feridas mais de 2.000.

D. João V promoveu a rápida reconstrução da vila, mesmo do castelo que, na sua restauração não seguiu a sua traça original. Em menos de vinte anos, a povoação tinha eliminado os efeitos provocados pelo tremendo desastre.

Em meados do século XVIII, a fortaleza de Campo Maior tinha atingido a forma que conservou até à actualidade:

- Forma um **polígono de dez lados**, do qual foram destruídos alguns troços de cortina;

- O sistema defensivo à Vauban, é composto por **quatro baluartes** e **seis meios baluartes** - Príncipe, Fonte do Concelho, S. Francisco, Santa Rosa, Praça Baixa, Boavista, S. Sebastião, Curral dos Coelhoos, Santa Cruz e S. João – unidos por cor-

tinhas. **Quatro revelins** protegem a chamada **Porta da Vila**, ou de Santa Maria, virada a Sul; a **Porta de S. Pedro**, virada a Norte e que foi demolida em Novembro de 1906. Disponha de outros dispositivos defensivos, como os fortes do Cachimbo e de S. João, ambos desaparecidos, tendo este último sido mandado demolir por D. João V, devido ao seu isolamento e difícil defesa.

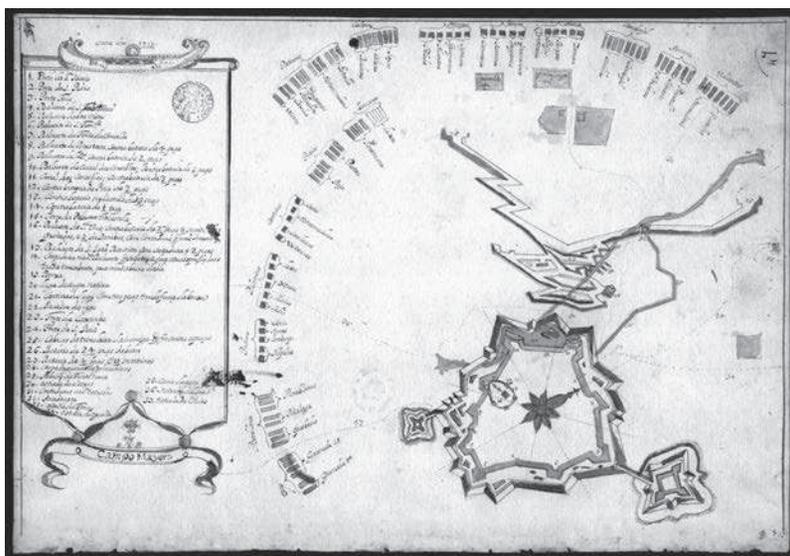
- Dentro do seu perímetro conservam-se ainda hoje a estrutura dos quartéis, e outras dependências como habitações, cavalariças e armazéns.

Em 1762 - No contexto da Guerra dos Sete Anos (ou Guerra Fantástica), no mês de Novembro, o exército espanhol fez ataques de surpresa a Campo Maior que foram repelidos com eficácia. (Bucho, 2002)

Em 1801 - Campo Maior sofreu forte assédio do exército comandado pelo ministro espanhol Godoy no contexto da Guerra das Laranjas. Ao longo de 18 dias, os sitiados resistiram; esgotados e sem esperança de socorro, os defensores viram-se forçados a capitular.

Em 1806 - Na tarde do dia 14 de Abril de 1806, Sua Alteza Real o Príncipe D. João, Regente destes Reinos entrou em Campo Maior para agradecer a corajosa resistência da sua guarnição e população. (João Mariano de N^o Sr^a do Carmo Fonseca.).

Em 1808 - No contexto das Guerras Peninsulares, a revolta contra a ocupação francesa: Tropas espanholas, comandadas pelo General D. Nicolau Moreno de Monroy, entraram na Praça de Campo Maior, após uma revolta da população contra os franceses. Foi constituída uma Junta Governativa que coordenou a luta nesta região do Alentejo. (Bucho, 2002)



Em 1811 – A praça de Campo Maior foi novamente submetida a um tremendo e desgastante cerco por parte das forças francesas, comandadas pelo Barão de Girard, general de Napoleão. Com um reduzido número de defensores, o comandante major Talaya resistiu durante 13 dias, período após o qual decidiu capitular. Apesar disso, a praça-forte de Campo Maior seria retomada somente quatro dias mais tarde, devido à acção do exército luso-britânico comandado pelo general Beresford, a quem seria concedida a honra de usar o título de marquês de Campo Maior.

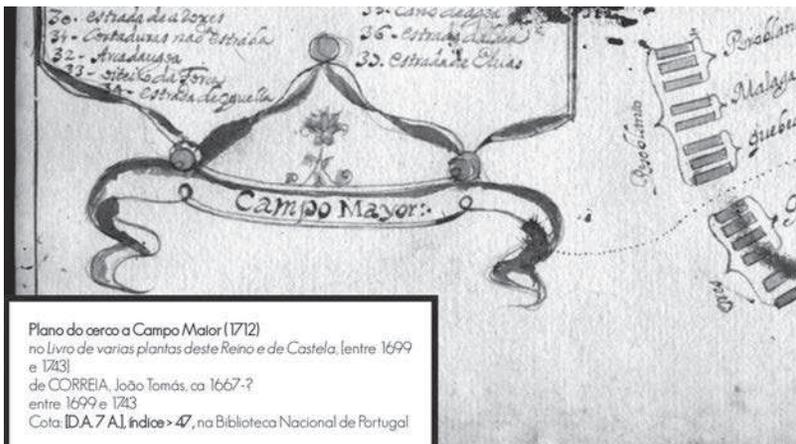
DO FIM DA SUA FUNÇÃO MILITAR À ACTUAL DECADÊNCIA

A partir de 1811, a vila perdeu a sua função militar. À medida que a presença dos militares foi sendo reduzida, começou então um progressivo e rápido processo de degradação.

Já em 1868, o escritor campomaiorense João Dubraz, lamentava o estado de abandono em que se encontravam o castelo e os outros edifícios militares da fortificação.

A população começou a utilizar em seu proveito as estruturas defensivas de um modo desordenado e abusivo que se mantém até ao presente:

- Canhoeriras transformadas em habitação ou abrigo dos animais de criação;
- Os fossos secados foram cultivados;
- Construções clandestinas ocuparam os baluartes;
- Uma das portas da vila foi demolida;
- Foram feitas três grandes aberturas nas muralhas Avenida; Abertura; Ribeirinho;



Em 1911 – O Castelo de Campo Maior, foi considerado Monumento Nacional, por Decreto de 15 de Março.

De 1938 a 1943 - Foram feitas várias tentativas, não atendidas, para compra de terrenos dentro e fora das muralhas.

De 1941 a 1947 – As instalações militares passam do ministério da Guerra para o Ministério das Finanças. Vários edifícios militares passaram a ser utilizados pela Guarda Fiscal, Casa do Povo, Câmara Municipal e por particulares que os arrendaram ou ocuparam como aconteceu com o quartel dos Curral dos Coelhoos. Neste período a Câmara Municipal recebeu, a título precário, a administração do castelo, muralhas e fossos. Foi também neste período (1946) que a Câmara Municipal recebeu, a título definitivo, o Depósito de Víveres (Assento), para instalação quatro talhos municipais, um posto de análise de leite, mercado municipal e sede do núcleo local da Mocidade Portuguesa; (Bucho, 2002)

Em 1943 – Foi negada à Câmara autorização para demolir parte das muralhas. (Bucho, 2002)

Em 1945 - Segundo relação de 19 de Abril da Direcção de Finanças de Campo Maior, a zona de protecção do castelo - Praça Velha, Rua General Rodrigues da Costa, Rua dos Quartéis e Rua Nova - estava ocupada por setenta proprietários. (Bucho, 2002)

De 1947 a 1951 – Foram inviabilizados vários planos urbanísticos: o que pressupunha o rompimento da cortina que impedia o prolongamento da Rua 13 de Dezembro e o que pretendia a urbanização do revelim frente à Porta da Vila. (Bucho, 2002)

Em 1972 – Em consequência da visita a Campo Maior do Ministro das Obras Públicas e Comunicações, em 24 e 25 de Novembro, iniciou-se o processo de desocupação das fortificações por particulares pois que o estado em que se encontravam tornavam os espaços impróprios para o turismo, favorecendo a degradação dos monumentos. Foi ordenada a imediata desocupação das instalações do castelo arrendadas a particulares. Havia ainda que desocupar os fossos que estavam arrendados para exploração agrícola, realojar as 37 famílias que, sem condições mínimas de habitabilidade, ocupavam os antigos quartéis - de vinte e uma canhoeriras, apenas uma e dois quartéis estavam desocupados - e quatro barracas. Essas famílias tinham situações económicas muito débeis: um sapateiro, seis reformados da Casa do Povo, seis dessas famílias eram de ciganos, sendo os restantes trabalhadores rurais. Para essa gente deveriam ser construídas habitações junto ao Bairro Salazar, então em construção. (Bucho, 2002)

Em 1978 – Um ofício do Director dos Monumentos do Sul referia que essas famílias não tinham sido ainda realojadas e que, contactada a Câmara Municipal de Campo Maior, esta informara que estavam em construção sessenta e seis fogos para realojar algumas dessas famílias. (Bucho, 2002)



Em 1997 – Contactada a Câmara Municipal de Campo Maior prestou as seguintes informações:

- Que poucas famílias tinham sido realojadas;
- Que quando os quartéis vagavam por morte dos seus moradores, eram tomados pela Câmara e não era permitida a sua reocupação;
- Que não havia famílias a habitar as canhoeirias;
- Que o realojamento de algumas famílias ciganas em residências da vila tinha trazido problemas de convivência;
- Que o baluarte de São Sebastião apresentava uma ocupação flutuante por famílias ciganas. (Bucho, 2002)

EM CONCLUSÃO:

O que ainda hoje acontece é que as famílias ciganas ocupam dois baluartes e parte significativa do fosso. Há extensas zonas da fortificação abaluartada completamente ocupadas por bairros residenciais, currais e instalações de empresas agrícolas, hortas, quintais e piscinas privadas e de hotel. Pelas muralhas em parte destruídas e arruinadas escorrem as imundices de lixeiras a céu aberto nos locais de acesso à vila exibindo descaradamente as provas de grande desmazelo. (Bucho, 2002)

Para o poder civil, o perímetro muralhado constituiu sempre um espartilho que impedia o desenvolvimento da vila. Em Campo Maior faltou, um poder militar que,

ocupando os antigos espaços militares, tivesse o cuidado da sua conservação, como aconteceu em Elvas.

Para os homens de finais do século XIX, e da primeira metade do século XX, a ânsia de progresso dominava todos os projectos. Não havia ainda qualquer sensibilidade a isso que agora chamamos património histórico.

Hoje trava-se uma constante luta entre a avidez “renovadora” de alguns e a preocupação dos que entendem que, preservar a memória do passado, nos obriga a uma cuidadosa defesa do património histórico.

Na maior parte dos casos têm vencido os apóstolos de que o histórico não deve impedir os avanços “inovadores” do tempo presente. Mas, tenhamos esperança, porque vão sendo cada mais frequentes os casos em que vencem os que defendem a segunda opção. Até porque, como tem sido provado, a conservação do património pode propiciar proveitos económicos muito interessantes.

Pena é que, em Campo Maior, tenhamos de chegar à conclusão de que, provavelmente, já será demasiado tarde para evitarmos que o pior aconteça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES VARELA, *Teatro das Antiguidades d'Elvas, Sucessos que houve nas fronteiras de Elvas, Olivença, Campo maior e Ouguela (...)*, Ed. António José Torres de Carvalho, Elvas, 1906.

AZEVEDO, ESTÊVÃO DA GAMA DE MOURA E, *Notícias da Antiguidade, Aumento e estado Presente da vila de Campo Maior (...)*, Transcrição, organização, introdução e notas de Rui Rosado Vieira. Câmara Municipal de Campo Maior, 1993.

BUCHO, DOMINGOS, *Fortificações de Campo Maior – História, Arquitectura e Restauro*. Região de Turismo de Portalegre, 2002.

COSTA, LUÍS COUCEIRO DA, *Memórias Militares de Campo Maior*, Tipografia Progresso, Elvas, 1912.

DUBRAZ, JOÃO, *Recordações dos Últimos Quarenta Anos*, Imprensa Joaquim G. de Sousa Neves, 2ª ed., Lisboa, 1869

FERNÃO LOPES, *Crónica de Dom João I, da boa memória*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1977

FONSECA, FREI JOÃO MARIANO DE Nª SR.ª DO CARMO, *Memória Histórica de Campo Maior*. Tipografia Progresso, Elvas, 1912.

KEIL, LUÍS, *Inventário Artístico do Distrito de Portalegre*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1943. VIEIRA, RUI ROSADO, *Campo Maior: de Leão e Castela a Portugal (Séc.s XIII – XIV)*. Ed. Autor, Vila Viçosa, 1985.

VIEIRA, RUI ROSADO, *Campo Maior, Vila Quase Cidade Entre os Séc.s XVI-XVII*. C. M. de Campo Maior, 1987.